

Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL

As correções serão feitas

“S e a Constituição der certo, o Sarney fica mal”, observava ontem um dos seus principais assessores políticos, para quem teria faltado prévia articulação na Assembleia Constituinte para sustentar a posição crítica do presidente da República e dar-lhe consequência no segundo turno, apenas iniciado: A ausência do presidente, que se deslocou para o Amazonas, teria também contribuído para que suas lideranças ficassem no ar numa Constituinte mobilizada emocionalmente pelo discurso do deputado Ulysses Guimarães.



O presidente da Assembleia, no entanto, informava que as correções que o chefe do governo deseja que sejam feitas no projeto de Constituição serão feitas, na medida em que muitas delas já têm parecer favorável do relator e em que correspondem a uma reavaliação da maioria dos constituintes. Foi por entender assim que o sr. Ulysses Guimarães achava que o sr. José Sarney não devia ter falado, até mesmo para evitar turbulências. Mas já que o presidente falou ele achou-se também no dever de falar, dando a palavra da Constituinte com equilíbrio e serenidade, dos quais não se afasta.

O presidente José Sarney entende que o presidente da Constituinte tinha o dever de falar e assinala que há concordância de ambos em que é preciso corrigir algumas coisas no projeto. No que é substantivo ambos falaram no mesmo tom. Se o sr. Ulysses Guimarães, como intérprete da Assembleia, encontrou a nota que sensibilizou os constituintes e seus correligionários, isto seria bom para o país e para o PMDB. O sr. Sarney aparentemente está tranqüilo quanto ao desdobramento da questão suscitada por seu discurso crítico e sr. Ulysses Guimarães não revela inquietação quanto a eventuais reações dos comandos militares.

Quanto a questões políticas, elas estariam encerradas com o pedido de demissão do ministro Renato Archer, que será substituído na Previdência Social pelo sr. Jader Barbalho, até aqui ministro da Reforma Agrária, pasta que poderá ser suprimida pela absorção do teor emocional em que esteve inicialmente colocada a reforma. O sr. Archer tinha discordâncias com o presidente, as quais foram agravadas pelo discurso. Depois da votação do projeto na quarta-feira, o ministro inclinava-se a atender ao sr. Ulysses, desistindo de apresentar sua carta. O recado transmitido pelo sr. Ronaldo Costa Couto, no entanto, tornou a

decisão irreversível. O presidente poderia afinal atender à pretensão dos seus radicais.

O segundo turno, iniciado na dramática sessão da Assembleia com a aprovação do projeto, vinha sendo precedido de negociações em torno de 21 pontos que haviam, em princípio, reunido consenso, superado pelos acontecimentos. Reiniciaram-se, todavia, as negociações tendentes a evitar o pânico entre políticos governistas e visando a assegurar acordo pelo menos em torno de dez itens prioritários para o governo e para o sistema sócio-econômico cujas opiniões coincidem com as do presidente. Os progressistas fortaleceram-se na medida em que, a partir de agora, será para eles mais fácil manter o texto sem acordo do que modificá-lo contrariamente aos seus interesses programáticos ou ideológicos.

Dos 403 votos que adotaram o projeto votado em primeiro turno, cerca de 150 são de políticos leais ao governo e ao pensamento centro-conservador. A eles devem somar-se os votos contrários e as abstenções. Essa massa de manobra volta a ser mobilizada para impor a negociação. Se ela não tem poder de decidir pelo voto poderá pelo menos retardar a votação final da Constituição, coisa que o sr. Ulysses Guimarães quer evitar a qualquer custo. O presidente da Constituinte insiste em que não perderá a serenidade.

A sorte do PMDB

Assumindo a Constituição na sua linha mestra, o sr. Ulysses Guimarães viu reforçada sua candidatura presidencial e sua capacidade de mobilizar o PMDB para ir ao consenso na convenção de 21 de agosto. Sua recondução a presidente da Câmara em 1989, no entanto, está pendente de um acordo geral do qual o governo é uma das peças. Ele precisa também vencer a resistência do governador Waldir Pires a uma chapa de composição e isso tornou-se mais fácil depois da sua performance de anteontem.

O governador da Bahia, no entanto, continua no propósito de clarificar a posição do PMDB, para o que tentou manter no partido os senadores e deputados que dele se desligaram para fundar o PSDB. Suas condições de luta ficaram difíceis com seu isolamento. Os governadores com que contava ficaram “patinando”, para usar a expressão de um dos políticos mais ligados ao sr. Waldir Pires, retirando-lhe condições efetivas para a disputa de 21 de agosto. Ele já teria sinalizado sua posição futura ao liberar o deputado Jorge Hage para ingressar no PSDB, partido que seria seu destino final. Se ele não acompanhou os tucanos, terá sido por considerar que eles cometiam um equívoco ao abandonar a luta no PMDB, a qual poderia ser vitoriosa.

Os intérpretes autorizados do pensamento do governador da Bahia negam que haja a possibilidade de escolher ele o PDT ao invés do PSDB. “Não irá juntar-se a Brizola”, disse-nos um de seus amigos, “independentemente das suas boas relações com o engenheiro. Não irá, porque não é essa sua opção partidária, nem, ao que tudo indica, sucessória”.